



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

EMENDA Nº , de 2021 – PLEN
(ao PLP nº 02/2020)

Dê-se ao art. 53-A da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, acrescido pelo art. 2º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 2, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

*‘Art. 53-A. Fica vedada a instituição e manutenção, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços **avulsos** sem a efetiva utilização pelo usuário’.*”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do PLP 02/2020, que acertadamente busca garantir que a cobrança de tarifa bancária somente poderá ocorrer quando for efetivamente prestado um serviço.

A atual regulação do tema, prevista na Resolução 3919/2010, dispõe que mesmo quando há prestação de serviços, é vedada às instituições financeiras a cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários essenciais a pessoas naturais, como o fornecimento de cartão com função movimentação, realização de até dois saques por mês, realização de até duas transferências, entre outros.

Por outro lado, a Resolução determina que as instituições financeiras ofereçam pacotes de serviços padronizados, de forma a possibilitar que o cliente opte por aquele que lhe for mais favorável, de acordo com suas necessidades.

Desta forma, os clientes podem optar por contratar esses pacotes padronizados, utilizar apenas os serviços individualizados ou, ainda, apenas os serviços gratuitos que as instituições financeiras disponibilizam.

No entanto, os pacotes de serviços poderão ser inviabilizados pelo texto do projeto, pois se todos os serviços do pacote não forem utilizados na íntegra, o cliente poderá solicitar o seu desconto. Tal situação seria o equivalente a um cliente pedir desconto a uma empresa de TV por assinatura caso não acesse os





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

canais que contratou naquele determinado mês ou não consuma toda a internet do seu plano de telefonia.

Por essa razão, a simples inclusão da palavra “avulsos” no texto assegurará a razoabilidade do projeto e, ao mesmo tempo, impedirá que sejam cobradas tarifas por serviços avulsos não utilizados pelo consumidor, como a tarifa pela disponibilização de cheque especial ao cliente.

Desta forma, com base em todos os argumentos apresentados, pedimos o apoio para aprovação da presente emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2020.

Sala das Sessões, em

Senadora DANIELLA RIBEIRO
Líder do Progressistas



SF/21216.63330-49